

Reconhecer a (des)ordem: lendo os assentamentos informais a partir da morfologia urbana

Recognizing (dis)order: reading informal settlements through urban morphology

Reconocer el (des)orden: leyendo los asentamientos informales a partir de la morfología urbana

Carolina Jorge Teixeira Guimarães, mestre em Arquitetura, Urbanismo e Design pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: carolina.jorge.guimaraes@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-0038-5169>

Daniel Ribeiro Cardoso, pós-doutor em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade em Lisboa (Faul) e pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: danielcardoso@ufc.br  <https://orcid.org/0000-0003-1989-3438>

Para citar este artigo: GUIMARÃES, C. J. T.; CARDOSO, D. R. Reconhecer a (des)ordem: lendo os assentamentos informais a partir da morfologia urbana. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 156-174, 2026.
DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

Submissão: XX-XX-XXXX

Aceite: XX-XX-XXXX

Resumo

Apesar de amplamente estudados, os assentamentos informais ainda enfrentam o estigma da “desordem”, dada a sua condição de irregularidade urbanística, fato que dificulta a superação de determinadas vulnerabilidades. São necessárias novas leituras desses territórios que superem o estigma em questão, propondo representações capazes de descobrir a organização particular da sua configuração espacial. O trabalho



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

propõe a construção de um painel esquemático e visual que articula três dimensões de análise do espaço urbano dos assentamentos informais, baseadas no aprofundamento da realidade desses territórios e no aparato teórico-metodológico da morfologia urbana. O painel funciona como um instrumento cognoscitivo para a investigação da forma urbana do espaço urbano desses territórios. O trabalho contribui para o desenvolvimento de metodologias de representação e a leitura da realidade dos assentamentos à luz do campo disciplinar da morfologia urbana.

Palavras-chave: Ordem; Assentamentos informais; Forma urbana; Representação; Modelagem da informação.

Abstract

Although widely studied, informal settlements still face the stigma of “disorder” due to their condition of urban irregularity, a factor that hinders the overcoming of certain vulnerabilities. New interpretations of these territories are needed—ones that go beyond this stigma and propose representations capable of revealing the particular organization of their spatial configuration. This study proposes the construction of a schematic and visual panel that articulates three dimensions of analysis of the urban space of informal settlements, based on an in-depth understanding of the reality of these territories and on the theoretical and methodological framework of urban morphology. The panel functions as a cognitive tool for investigating the urban form of these spaces. The study contributes to the development of methodologies for representing and interpreting the reality of informal settlements through the disciplinary lens of urban morphology.

Keywords: Order; Informal settlements; Urban form; Representation; Information modeling.

Resumen

Aunque han sido ampliamente estudiados, los asentamientos informales aún enfrentan el estigma del “desorden”, debido a su condición de irregularidad urbanística, lo que dificulta la superación de determinadas vulnerabilidades. Se requieren nuevas lecturas de estos territorios que superen dicho estigma y propongan representaciones capaces de revelar la organización particular de su configuración espacial. El trabajo propone la construcción de un panel esquemático y visual que articula tres dimensiones de análisis del espacio urbano de los asentamientos informales, basadas en una comprensión profunda de la realidad de estos territorios y en el aparato teórico-metodológico de la morfología urbana. El panel funciona como un instrumento cognoscitivo para la investigación de la forma urbana de estos espacios. El estudio contribuye al desarrollo de metodologías de representación y lectura de la realidad de los asentamientos a la luz del campo disciplinar de la morfología urbana.

Palabras clave: Orden; Asentamientos informales; Forma urbana; Representación; Modelado de información



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120 |
<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>
DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

INTRODUÇÃO

Os assentamentos informais definem-se objetivamente como um fenômeno no qual populações urbanas ocupam porções da cidade de maneira informal e inadequada dos pontos de vista fundiário e urbanístico. Sob proporções globais, os assentamentos são objeto de estudo e preocupação dos agentes estatais há mais de meio século. A UN-Habitat (2021) expande os termos para *slums*, *informal settlements* e *inadequate housing*, que são caracterizados por habitações que não têm acesso à água e infraestrutura básica, que são diminutas e pouco duráveis e em relação às quais não há segurança de posse. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2025) mensura o fenômeno desde 1950 e, o que antes era chamado de “aglomerados subnormais”, hoje define as “favelas e comunidades urbanas” como ocupações de terra ilegal ou de uso restrito, com urbanização fora dos padrões vigentes e/ou com acesso a serviços públicos precário.

Usualmente justificada pela ausência do Estado, a existência dos assentamentos informais é, na verdade, provocada por um contexto de concentração de terras, patrimonialismo, desequilíbrio tributário e uma tradição jurídica e planejamento urbano que pouco se adaptam à cidade “real” (Smolka; Mullahy, 2007). Os assentamentos informais foram historicamente associados à pobreza urbana, ao passo que suas transformações ao longo do tempo resultaram em territórios heterogêneos e bem inseridos na economia, desafiando dogmas e definições tradicionais (Valladares, 2005; Leitão, 2009). Ainda que caracterizados pela irregularidade e pela precariedade, esses territórios são respostas às condições emergenciais e lócus de energias insurgentes (Velloso, 2020).

Enfim, os assentamentos informais são territórios complexos, suscetíveis a uma multiplicidade de representações¹. Existem as leituras comprometidas com o levantamento dos problemas, como acontece em diagnósticos da gestão pública. Há também aquelas que associam o fenômeno à exploração capitalista da terra urbana (Rolnik, 2015). Existem representações que exploram os assentamentos como experiências de luta pela produção da cidade (Tanaka, 2017) e iniciativas locais em que os próprios moradores produzem a percepção sobre território, como é o caso do Plano Popular das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) Bom Jardim, em Fortaleza.

Ainda que haja representações que se aprofundam sobre a realidade e estão dispostas a quebrar determinados estigmas, a impressão da “desordem” ainda permanece sobre esses territórios. A condição de irregularidade mediada por um padrão urbanístico específico induz representações dos assentamentos que pouco aproveitam seu espaço urbano em nível de desenho como uma produção legítima de cidade. A incompreensão envolta nesses lugares é um problema que já resultou em intervenções que perpetuaram ciclos de pobreza (Cardoso, 2007).

¹ No presente trabalho, o conceito de representação se dá como um exercício de interpretação da realidade a partir de aspectos específicos de um objeto de estudo. Construir uma representação necessariamente envolve a escolha de métodos, técnicas e abordagens teóricas específicos, um processo próprio da produção de conhecimento. A representação de algo é uma forma entre várias de enxergar a realidade.



Em oposição à desordem, há no espaço dos assentamentos uma “autorregulação” construída a partir de práticas cotidianas (Nisida, 2017), o que sugere a presença de uma organização particular. Identificar e compreender uma configuração espacial diferenciada desses territórios, em oposição ao espaço ordenado idealizado por agentes exógenos, é um desafio que pode ser enfrentado com o desenvolvimento de novas representações. Nesse sentido, a morfologia urbana é uma disciplina em potencial para desenvolver leituras inventivas dos assentamentos informais (Cardoso *et al.*, 2020; Spolaor; Oliveira, 2021).

O presente trabalho defende que o aparato teórico e instrumental da disciplina da morfologia urbana é capaz de desenvolver representações dos assentamentos informais que desvendam a organização e configuração desses espaços, exercício que contribui para a validação de uma dinâmica singular e espontânea de produção do urbano. O trabalho propõe a construção de um painel esquemático e visual que busca articular a compreensão do espaço dos assentamentos informais a partir de três dimensões: 1. a estrutura-base da forma urbana; 2. a análise da casa como núcleo da forma urbana; e 3. o estudo da forma física. O artigo primeiro discute o conceito de ordem no espaço urbano, para então explorar as diferentes abordagens da disciplina da morfologia urbana e, enfim, apresentar a construção do painel como um instrumento cognoscitivo da realidade dos assentamentos informais.

ORDEM NO ESPAÇO URBANO

A ideia de ordem no espaço urbano remonta ao surgimento da disciplina do planejamento entre os séculos XVIII e XIX na Europa. O intenso crescimento dos centros urbanos provocado pela Revolução Industrial resultou em uma profusão de problemas e a cidade se tornou um objeto científico (Santos, 1988). O planejamento urbano operou como um instrumento disciplinar que afirmava o controle do Estado. No século XX, as cidades brasileiras cresciam rapidamente sob a égide do progresso a partir de correntes de pensamento importadas da Europa (Santos, 1988). A ordem positivista se impôs sobre a produção estatal do espaço urbano brasileiro, com formas regulares que desenhavam o único mundo desejável.

O aparato regulatório do planejamento do século XX marcado pelo zoneamento urbano, que até hoje influencia a legislação urbanística, contribuiu para a produção de uma legislação excludente que condena grupos sociais à irregularidade (Rolnik, 1997). Com a prerrogativa da lei e do desenho, o urbanismo modernista congelou dinâmicas territoriais, sufocou a vivência urbana genuína e teve dificuldade de lidar com a ocupação diversa e espontânea do espaço (Holanda, 2013). A ideia comum de ordem no espaço urbano é uma herança do pensamento racionalista que desenha um tipo específico de cidade.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

Ainda no século XX, Christopher Alexander (1965) criticava a perspectiva modernista da cidade. O autor procurou reconhecer melhor a dinâmica das relações entre elementos que existem no espaço urbano. François Ascher (2010) advoga pela compreensão da cidade como um organismo vivo capaz de articular diferentes entidades e se transformar ao longo do tempo. Hoje existem leituras da cidade que buscam superar a perspectiva racionalista e compreendem melhor a sua complexidade. Sob outra consciência do que a cidade é e articula, a ideia de ordem como uma disposição hierárquica e sequencial de elementos no espaço é desafiada. A mudança de perspectiva tem relação direta com as possibilidades de representação do espaço dos assentamentos informais.

Superar a imposição da ordem como motor que idealiza o espaço urbano é essencial para compreender a cidade à parte da perspectiva racionalista. No caso da leitura dos assentamentos informais, é uma oportunidade de dar luz a representações que extrapolam pressupostos estrangeiros e vão além da caracterização da irregularidade e da precariedade, fatores também relacionados à desobediência de uma normativa excludente. A ordem pode ser descrita “como o arranjo, layout, ou disposição de objetos ou coisas em relação uns aos outros definida por um conjunto de regras, sequência ou método sistemático de organização” (Jones, 2019, p. 46). É uma definição que sugere um resultado estático e deliberado. Quando se trata do espaço urbano, não há necessariamente uma linearidade da desordem à ordem.

Existem teóricos e autores que versam sobre o espaço urbano e buscam trabalhar com uma conceituação de ordem distinta das definições mais tradicionais. Holanda (2013) argumenta que a ordem é inerente e aposta na configuração de qualquer lugar que envolva o trabalho e a percepção do homem no espaço. Há vários tipos de ordem que dependem de cada contexto e sociedade e têm melhor ou pior desempenho em responder a determinadas demandas e maior ou menor repertório de regras (Holanda, 2013). Hillier e Hanson (1984) conceituam a ordem como um conjunto de regras que limitam o movimento de entidades em um sistema. No espaço urbano, essa ordem estabelece barreiras e permeabilidades físicas que influenciam o movimento das pessoas. Na teoria da sintaxe espacial dos autores, a ordem define as relações elementares entre entidades físicas, desenvolvendo um espaço complexo que interage em reciprocidade com a organização social que o ocupa.

Relacionado ao conceito de ordem, Dovey (2012) e Shafique (2021) recorrem à ideia de *assemblage* (arranjo)² para reconhecer e explorar a lógica de produção do espaço dos assentamentos informais. *Assemblage* refere-se a um todo que é criado a partir da interconectividade entre seus elementos – cada elemento assume uma identidade a partir das suas relações no arranjo. Um território se forma a partir de um arranjo estável entre elementos e suas relações; todo assentamento envolve um ato de territorialização.

2 *Assemblage* é um conceito que advém do pensamento filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Apesar de trabalhado em várias obras, a elaboração do conceito de *assemblage* pode ser encontrada no livro *A thousand plateaus*, de autoria de ambos.



É fato que a ideia de ordem no espaço urbano culminou em modelos de cidade apartados da sua realidade complexa e dinâmica. No entanto, há que se buscar e descobrir as lógicas implícitas e explícitas que produzem o espaço urbano e, em especial, os assentamentos informais. Afinal, descobrir o espaço e enxergá-lo para além da sua indefinição é também validá-lo diante das possibilidades de produção da cidade. Ainda que se utilize o termo “ordem” em algumas elaborações, a discussão apresentada anteriormente direciona o presente trabalho para a investigação daquilo que pode ser mais bem definido como a organização e/ou a configuração dos assentamentos informais. Essa configuração é tida como o conjunto de regras que estrutura o espaço urbano e seu desenvolvimento; ela é mediada pelas demandas e pelo repertório formal de uma organização social e pelas possibilidades espaciais dos elementos físicos de um lugar.

Distinta de uma ordem estática que tem um fim em si mesma, a configuração de um lugar se transforma mediante a interação contínua entre sociedade e espaço. Para a descoberta dessa organização, é necessária a exploração de uma diversidade de representações desalienadas dos parâmetros da ordem. Do contrário, só existirão afirmações positivas e negativas que ditam se o espaço cumpre ou não a ordem imposta. Para compreender a configuração do espaço dos assentamentos informais, há de se enfrentar o desafio de descobrir as regras de produção do espaço que são eminentemente enraizadas nas práticas cotidianas. É nesse sentido que o campo da morfologia urbana surge, com um aparato teórico-metodológico que articula uma diversidade de representações da cidade aplicáveis à realidade dos assentamentos.

MORFOLOGIA URBANA PARA SUPERAR A (DES)ORDEM

A morfologia urbana é a matéria que estuda a forma urbana como um produto da interação entre espaço e sociedade ao longo do tempo, um reflexo das ações políticas, sociais e econômicas na composição da paisagem (Costa; Netto, 2017). São três os componentes básicos da disciplina: 1. a forma, elementos físicos; 2. a escala de resolução, que investiga a relação entre elementos sob diferentes agrupamentos; 3. o tempo, reconhecendo os processos de transformação desses elementos e relações (Moudon, 1997). Os assentamentos humanos, para além das cidades por si sós, são organismos complexos e ambíguos que podem ser compreendidos sob diferentes pontos de vista; a morfologia urbana é o campo de pesquisa que os investiga a partir de múltiplas abordagens tendo a forma física como objeto de referência (Kropf, 2009).

O campo de estudo da morfologia urbana surge, por volta do século XX, a partir de duas bases teóricas principais: a da escola britânica na figura do geógrafo M. R. G. Conzen e a da escola italiana inaugurada pelo arquiteto Saverio Muratori. A abordagem de Conzen, histórico-geográfica, analisa a cidade como um palimpsesto, uma sobreposição de períodos morfológicos, intervalos de tempo nos quais transformações sociais e econômicas provocavam mudanças na forma edificada



(Costa; Netto, 2017). A abordagem tipo-morfológica da escola italiana trabalha com a ideia de consciência espontânea, um saber interno ligado às heranças culturais de qualquer indivíduo que constrói o espaço. Muratori investiga o processo tipológico, identificando e classificando as transformações de um tipo básico (Costa; Netto, 2017). Entre as principais abordagens também está a sintaxe espacial (Hillier, 2007), que objetiva compreender como a sociedade interage e se movimenta no espaço mediante a análise dos espaços livres (linhas axiais e espaços convexos) e seu nível de integração com o sistema analisado. Enfim, a abordagem analítico-espacial se utiliza dos avanços tecnológicos para construir modelos matemáticos que avaliam padrões de crescimento e segregação nas cidades (Kropf, 2009).

Entre abordagens complementares, Lynch (1999) também investiga a forma urbana com base na percepção visual de Berghauser Pont e Haupt (2010) a partir da mensuração da densidade construtiva. Ainda, Habraken (1998) investiga o ambiente construído a partir do reconhecimento dos agentes e suas relações de hierarquia e de dominância no espaço. Sob múltiplas representações da cidade, que a compreendem como um organismo complexo, há a possibilidade de investigar a forma urbana dos assentamentos informais a partir da sua identidade socioespacial (Spolaor; Oliveira, 2021). Há uma série de trabalhos que se utilizam das diferentes abordagens disponíveis para explorar a realidade desses territórios (Cardoso *et al.*, 2020; Shafique, 2021).

Mediante o estudo de diferentes abordagens do campo da morfologia urbana, Kropf (2009) defende que a forma urbana, o objeto de estudo, deve ser destrinchada em diferentes aspectos, os quais encontram na forma física seu ponto de intersecção. A forma urbana comporta a forma física, as relações entre humanos e elementos físicos, os fluxos de recursos humanos e os materiais e as relações temporais. Se a configuração do espaço urbano é estruturada a partir de um conjunto de regras e códigos e está expressa nos elementos e relações de um determinado território, o estudo da forma urbana como a interface entre o espaço e a sociedade é capaz de instrumentalizar processos de investigação da organização dos assentamentos informais mediante um leque de representações possíveis.

UMA LEITURA PARA OS ASSENTAMENTOS INFORMAIS

A análise da forma urbana em seu sentido amplo pode revelar tanto o repertório formal de uma sociedade, a sua organização em nível semântico próprio dos contextos cultural, econômico e histórico, quanto as possibilidades espaciais dos elementos físicos, a sua organização em nível sintático³. Desvendar a identidade dos assentamentos informais perpassa por uma compreensão da sua forma urbana e pela coordenação entre os elementos e as relações que a regem. Para descobrir a lógica da organização impressa no espaço urbano dos assentamentos

3 A perspectiva da organização sintática e semântica da relação entre espaço e sociedade parte de Bill Hillier e Julienne Hanson (1984) no livro *The social logic of space* e de Frederico de Holanda (2013) no livro *10 mandamentos da arquitetura*.



informais, é necessária uma compreensão profunda das dinâmicas socioespaciais, econômicas e culturais existentes, processos que os diferenciam das demais porções da cidade.

Para além da constatação dos problemas e das ausências, existem muitos estudos que se aprofundam na realidade dos assentamentos informais desenvolvendo representações sob outras ópticas. Esses territórios são baseados em acordos coletivos, elementos reguladores que combinam a urgência pela casa e a capacidade financeira das famílias (Nisida, 2017). As ações individuais e coletivas junto a processos de transformação da própria cidade, como grandes decisões de desenvolvimento, posicionam os assentamentos em um contínuo estado de “tornar-se” (Jones, 2019).

Distinto da cidade formal, a casa assume um papel central e fundamental na configuração desses territórios, uma vez que articula a família com suas necessidades e com o espaço (Motta, 2016). A casa, em suas características materiais, pode expressar a passagem do tempo na favela (Cavalcanti, 2009). No mesmo cenário, a rua pode ser entendida como uma extensão da moradia, possibilitando a construção de laços de ajuda mútua (Holanda, 2013). A bibliografia aqui explorada, mesmo referindo-se a territórios ou regiões específicos, atesta a singularidade da produção do espaço dos assentamentos e demonstra caminhos possíveis para uma exploração além do problema.

As leituras da realidade dos assentamentos informais que aprofundam, e ora confrontam, a “visão do alto” distantes do campo subsidiam o processo de sistematização de elementos e relações que indicam uma estrutura do espaço urbano. Nesse sentido, há que se articular três dimensões correspondentes de análise do mesmo objeto: 1. a estrutura-base da forma urbana, que sistematiza os agentes, os elementos e as relações que compõem a dinâmica de produção do espaço; 2. a casa como núcleo da forma urbana, compreendendo seu peso na definição dos espaços públicos e privados e na dinâmica das relações familiares; 3. os aspectos da forma física, que existem em correspondência mútua com as duas primeiras dimensões. A intenção é a de que, quando combinadas, as três dimensões possam indicar correlações impressas em um arranjo complexo e dinâmico a ponto de revelar uma estrutura lógica de formação do espaço urbano. A correspondência entre a forma urbana em seu sentido amplo, o estado da casa e a forma física é definida justamente pela configuração dos assentamentos informais.

O método aqui proposto requer uma visualização; o esquema funciona como instrumento de sistematização dos elementos e das relações a serem investigados. Para a investigação da estrutura da forma urbana, são componentes básicos os elementos espaciais – objetos físicos localizados no espaço – e imateriais – objetos e conceitos que transcendem o espaço –, suas relações, as interações entre agentes que se articulam a partir desses elementos e relações e, por fim, os efeitos que são o resultado de todo o arranjo (Figura 1). A escolha dessas entidades se



dá tanto pela discussão que define e diferencia configuração do espaço e ordem quanto pela disposição dos aspectos da forma urbana apresentada pela disciplina da morfologia urbana, em especial pelas indicações de Kropf (2009). Também, a compreensão da dinâmica dos assentamentos informais, territórios mediados por uma profusão de agentes, orienta para o destaque dessa entidade no esquema.

O que existe de interessante aqui é que, em muitos casos, o que se percebe do espaço urbano em um primeiro momento são seus efeitos. A precariedade e a irregularidade podem ser consideradas efeitos dos arranjos que se desenham no território dos assentamentos. Ao sistematizar a estrutura-base da forma urbana, é possível dar mais centralidade aos elementos, às relações e às interações entre agentes que conformam o espaço no lugar dos efeitos.

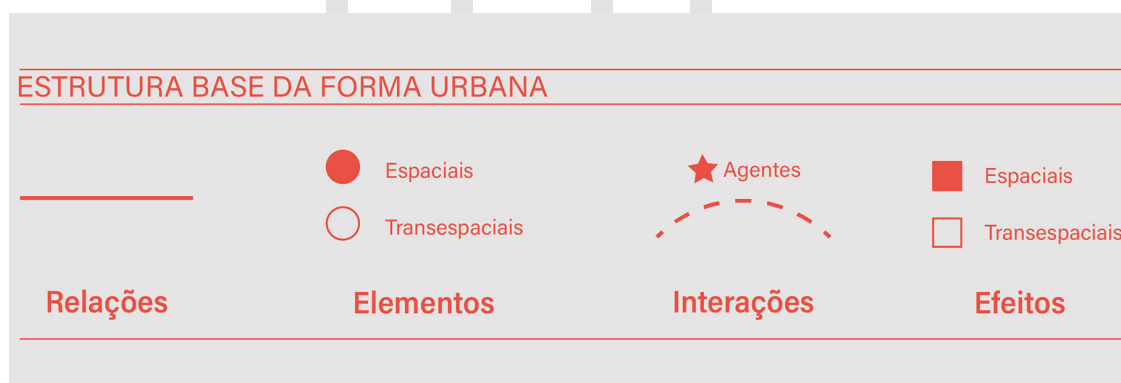


Figura 1: Entidades da estrutura-base da forma urbana.

Fonte: Guimarães (2024).

Na Figura 2 apresenta-se um exemplo de como o esquema visual que analisa a estrutura-base da forma urbana dos assentamentos pode se desenvolver com base na bibliografia previamente apresentada. A urgência como um elemento imaterial estabelece uma relação de necessidade sobre a casa, um elemento espacial. Esse primeiro arranjo já sugere a interação de múltiplos agentes indicados no esquema e pode provocar efeitos espaciais e imateriais, como a precariedade habitacional ou a criação de um repertório formal local. A vida cotidiana como um elemento imaterial, que se estabelece a partir de trocas entre ações individuais das famílias e dinâmicas de ajuda mútua, também coloca necessidades sobre a casa. Para o território dos assentamentos informais, a casa determina uma relação de imposição sobre a rua que, por sua vez, diferencia-se com o entorno, tem uma relação de troca com a vida comunitária motivada por agentes como a juventude e as mulheres, e esse arranjo provoca o efeito de uma vivência urbana singular no espaço dos assentamentos.



A legislação urbanística pode assumir um papel como um elemento imaterial dentro da estrutura, estabelecendo uma relação de troca principalmente com a rua, o sistema viário. Nesse desenho consta também a interação entre diferentes agentes que ora impõem a lei, como o Estado, ora negociam com a lei, como os moradores, ONGs e associações de moradores. Na parte inferior do esquema existem elementos que fazem referência a noções diferentes do mesmo recorte do espaço. O território é um elemento que diz respeito às divisões de poder que existem na terra ocupada; o sítio define as condições físico-geográficas e ambientais dessa terra. As intervenções urbanas que ocorrem, principalmente, em assentamentos consolidados podem estabelecer uma relação de imposição com o sítio, provocando transformações no espaço desses territórios.

A investigação da estrutura-base da forma urbana dos assentamentos informais a partir de uma esquematização visual é o primeiro exercício entre os três necessários para articular uma visão integrada das dinâmicas, dos processos e das características físicas que desenvolvem o espaço urbano desses territórios. A Figura 2 desenvolve uma entre outras diversas estruturas que podem ser construídas a partir da observação de um assentamento em específico ou de um agrupamento. Esse primeiro esquema pode ser mais simples ou mais complexo, bem como pode retratar tempos distintos do mesmo território. Um assentamento em seu surgimento pode apresentar uma realidade com menos agentes, elementos e relações; diante da sua consolidação, o esquema se transforma com uma estrutura mais complexa da forma urbana. A metodologia aqui proposta também pode mediar análises de dinâmicas específicas em vez da estrutura geral. Por exemplo, pode-se focar somente o arranjo entre rua, entorno e legislação urbanística e dissecar esse arranjo adicionando mais elementos e relações. O importante é construir um esquema capaz de perceber as entidades do sistema para além dos efeitos no espaço.



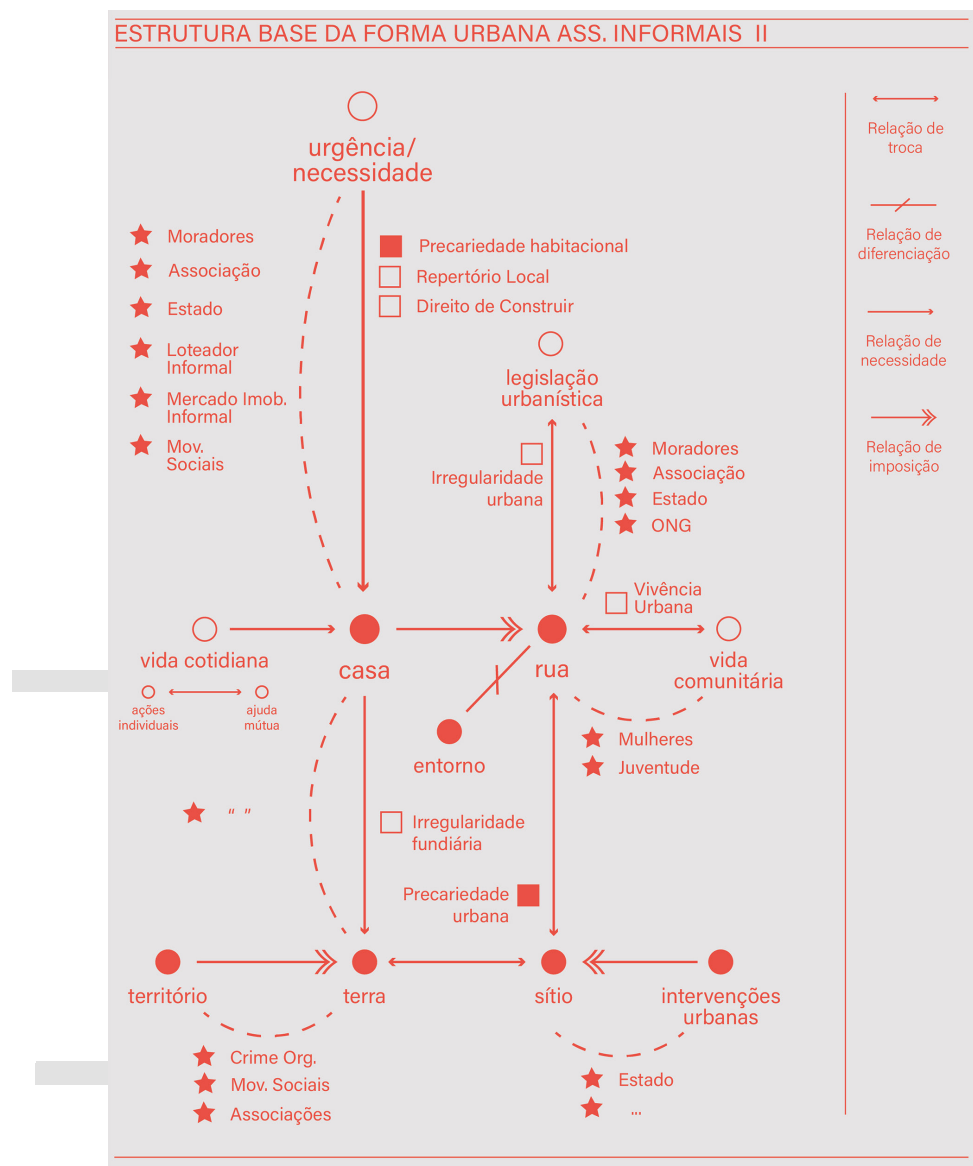


Figura 2: Estrutura-base da forma urbana dos assentamentos informais.

Fonte: Guimarães (2024).



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

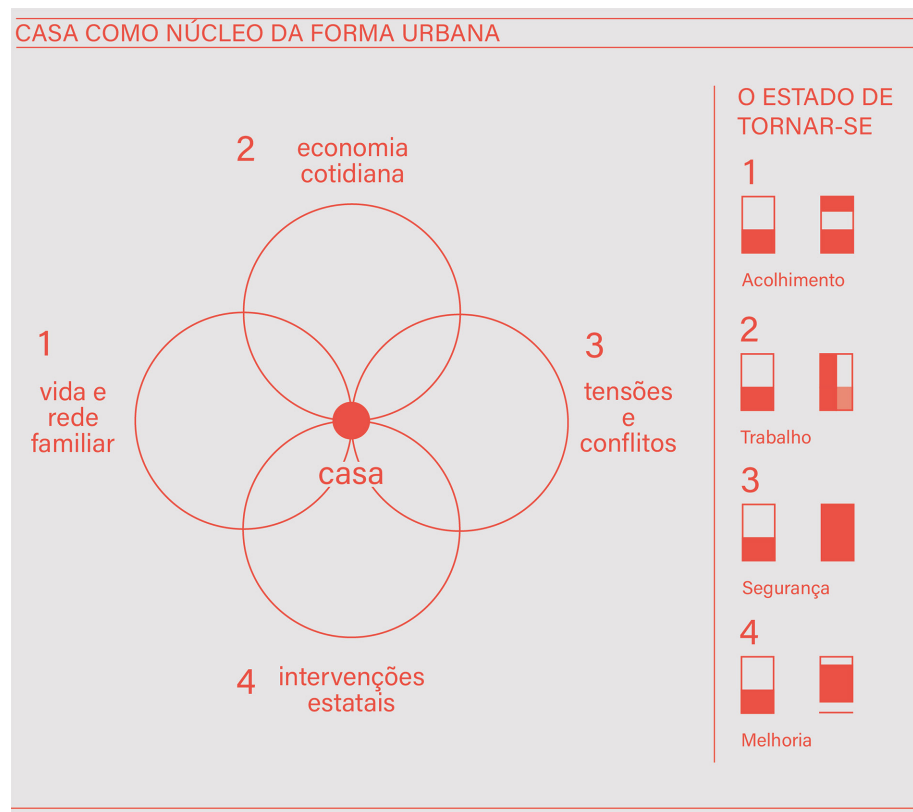


Figura 3: Casa como núcleo da forma urbana.

Fonte: Guimarães (2024).

A segunda dimensão de análise da realidade dos assentamentos informais, considerando o objetivo de desvendar a sua configuração espacial, é a da casa como núcleo da forma urbana. A Figura 3 posiciona o elemento da casa no centro de quatro domínios: 1. o da vida e da rede familiar, que corresponde aos laços familiares que demandam o espaço da casa; 2. o da economia cotidiana, que diz respeito às necessidades e possibilidades financeiras da família que influenciam a transformação construtiva da habitação e a existência de usos mistos; 3. o das tensões e conflitos, que podem imprimir na casa seguranças e inseguranças dadas as relações sociais; e 4. o das intervenções estatais, que podem interferir na casa a partir da chegada de investimentos e políticas públicas. Essa dimensão de análise é construída com base, principalmente, nos estudos de Cavalcanti (2009) e Motta (2016), e cada um dos quatro domínios está intimamente ligado às diferentes ocupações da casa no lote e no espaço em geral e às suas características construtivas. A análise da casa como núcleo da forma urbana é fundamental, uma vez que os assentamentos informais se formam a partir da necessidade de acesso à moradia.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

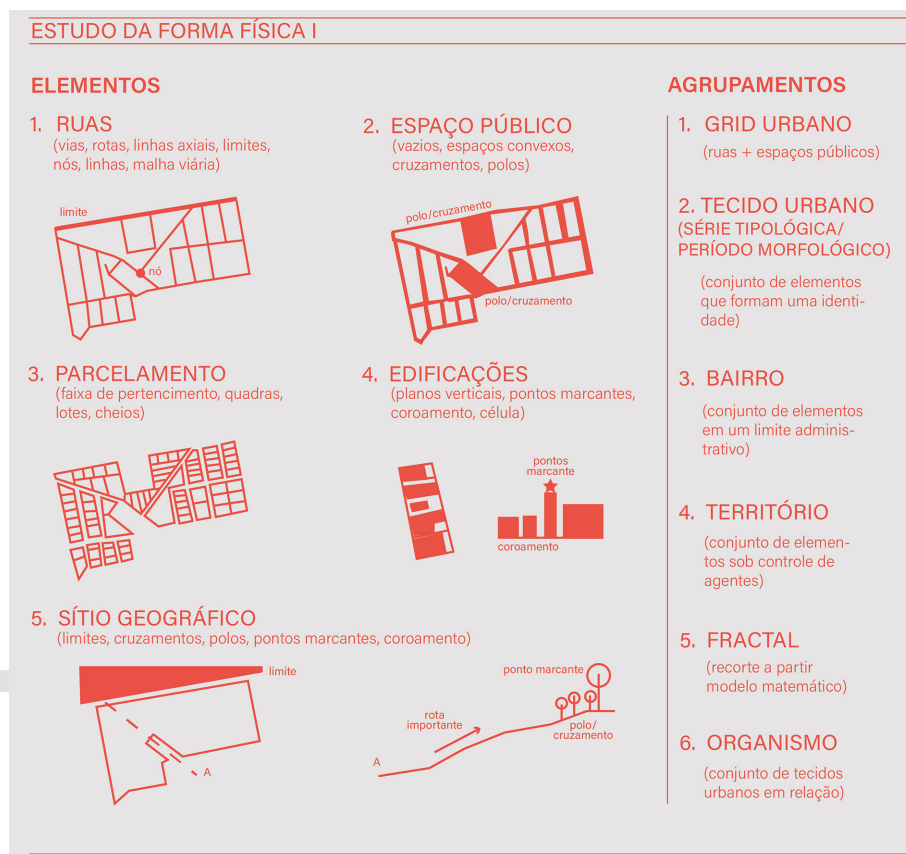


Figura 4: Estudo da forma física I.

Fonte: Guimarães (2024).

Como terceira dimensão de análise, está a investigação da forma física *per si*. Como já mencionado, a forma física é a propriedade de referência do estudo da forma urbana (Kropf, 2009). Para além do aporte teórico que alimentou a construção da proposta do painel, é nessa dimensão que as metodologias e ferramentas próprias da morfologia urbana podem contribuir muito para a investigação da organização do espaço urbano dos assentamentos. Nas figuras 4 e 5 existe uma síntese dos principais elementos, agrupamentos e relações da forma física com base em uma leitura extensa dos principais teóricos no campo da morfologia urbana (Guimarães, 2024). No tópico anterior do presente trabalho, o que fala diretamente sobre as abordagens da disciplina, foi apresentada a maioria das bibliografias que alimentaram a síntese. Para a dimensão da forma física, existe um catálogo de elementos físicos e relações que podem ser observados e articulados com as duas primeiras dimensões, e são potenciais para a interpretação do espaço dos assentamentos informais para além da afirmação dos problemas. Esse terceiro momento não é propriamente uma metodologia de levantamento de dados e coleta de informações; as entidades da forma física catalogadas pela síntese podem ser estudadas à luz das diferentes abordagens da morfologia urbana. O que se indica é uma organização das informações e interpretações a partir de elementos e relações predeterminados.



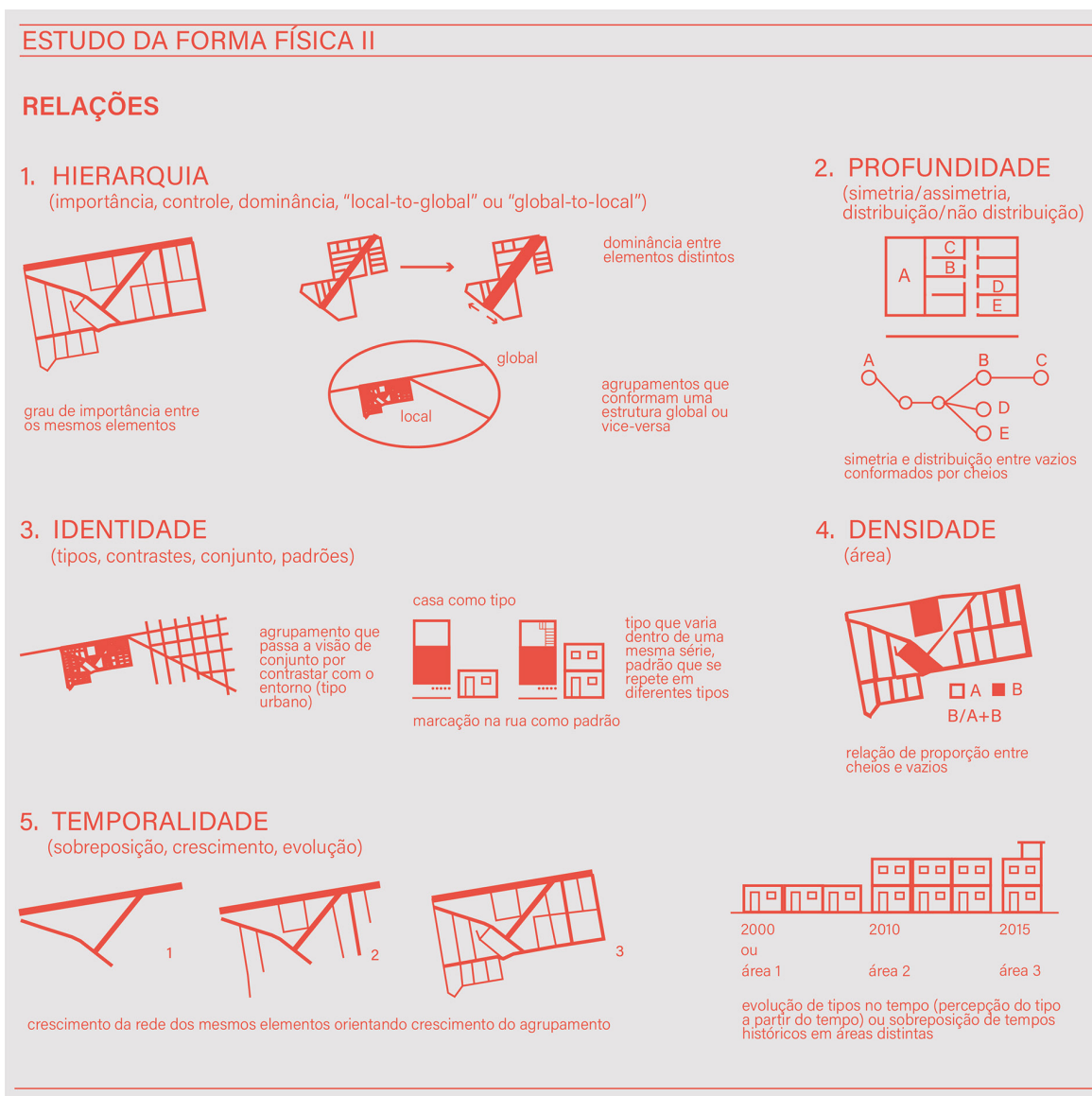


Figura 5: Estudo da forma física II.

Fonte: Guimarães (2024).

A junção das três dimensões de análise se dá mediante a construção de um painel que integra os esquemas visuais. Esquematizar é um exercício de representação da realidade que permite a observação de recortes relevantes para responder a perguntas científicas e guiar investigações (Costa, 1998). O painel é tanto um método quanto uma ferramenta para orientar uma leitura visual e multidimensional do espaço urbano, um instrumento cognoscitivo capaz de contribuir para apreensões ligadas às regras e aos códigos que regem a configuração espacial dos assentamentos. A organização se revela mediante uma compreensão holística dos elementos e das relações basilares da composição do espaço. A Figura 6 apresenta um painel a título de exemplo – ele é o retrato esquemático de um assentamento informal em Caucaia-CE.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

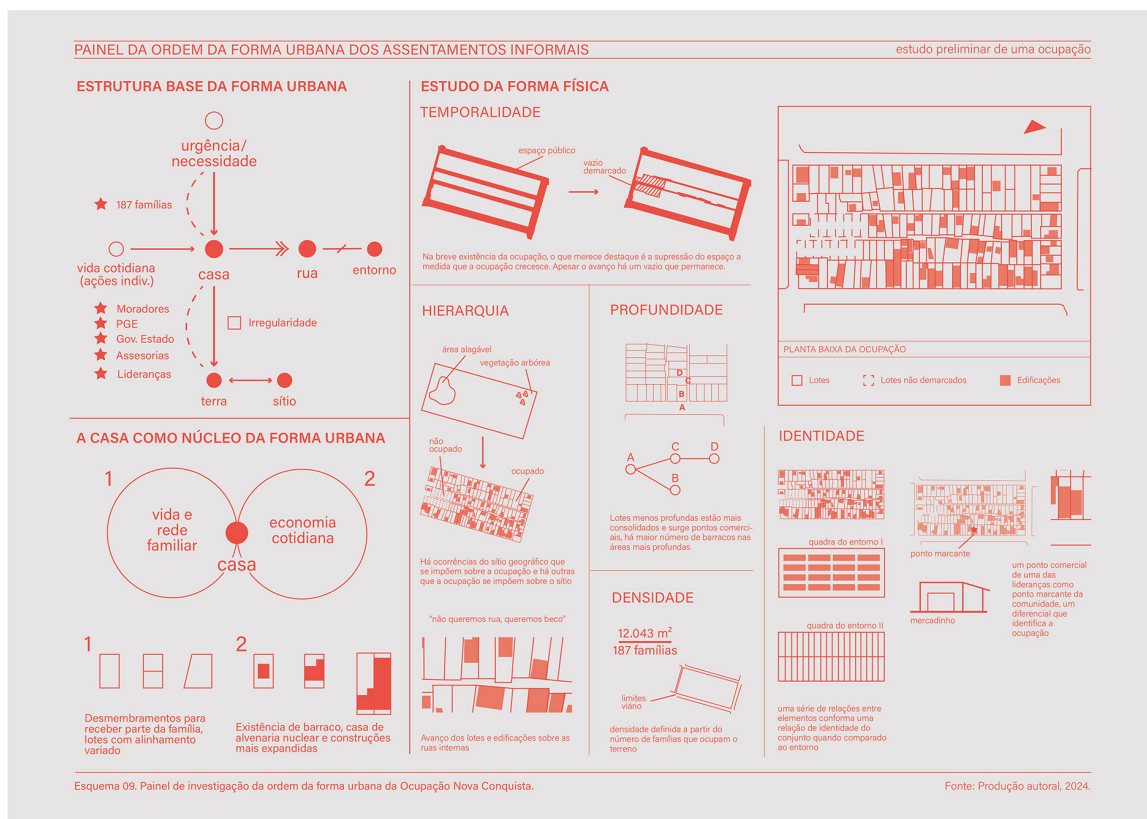


Figura 6. Painel de uma ocupação em Caucaia-CE.

Fonte: Guimarães (2024).

Mediante a construção, a visualização e a interpretação do painel, pode ser compreendido que, no caso do assentamento investigado, a urgência pela casa, as condições financeiras diversas das famílias, o terreno limitado e a ausência de movimento social no seu período inicial (momento que corresponde à análise do painel) promoveram um espaço de lotes de tamanhos distintos e supressão das vias internas. Os lotes maiores nas margens do terreno também apresentam usos mistos, demonstrando o papel da casa na economia cotidiana e a preferência das famílias com maior condição financeira por lotes mais integrados à malha urbana. As condições do sítio dificultaram a ocupação em uma porção específica da quadra. A necessidade de incluir 187 famílias em um mesmo espaço pré-orientou a densidade construtiva do terreno. No momento da elaboração do painel, o arranjo entre os agentes – moradores, Estado, lideranças e grupos que acompanhavam a ocupação –, a casa e a terra começam a se complexificar, o que pode tensionar os elementos da forma física.

Esse é um exemplo de percepção entre tantas que o painel pode ajudar a articular; a ferramenta modela a informação absorvida por diferentes fontes e formatos para viabilizar a visualização de estruturas e arranjos relevantes para compreender a realidade dos assentamentos e, consequentemente, a sua configuração. O esquema estimula olhares necessários para uma análise sem concepções prontas de ordem e desordem. O território pode ser observado em



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

tempos distintos, acompanhando sua transformação, mediante a construção de outros painéis correspondentes. Investigar a organização e a configuração do espaço dos assentamentos informais – porções da cidade que se distinguem dos parâmetros próprios da normativa hegemônica comumente associados ao modelo ideal de cidade – é um exercício que pretende validar a sua forma urbana a partir da análise das suas partes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano como prática que pensa o espaço e intervém nele demanda processos de investigação, diagnóstico e análise dos territórios que o envolvem. Os assentamentos informais, por sua vez, são porções da cidade que, à medida que sobrepõem problemas, apresentam uma dinâmica singular que se torna incompreensível sob as lentes do sistema normativo vigente. A irregularidade urbanística e fundiária, ao passo que os caracteriza, limita as possibilidades de representação da realidade desses territórios afirmando processos históricos de segregação espacial.

Desenvolver leituras para os assentamentos informais que superem a impressão do “espaço desordenado” é um caminho para o planejamento urbano pensar nesses lugares a partir da sua estrutura e lógica de produção, e não somente sobre sua lista de problemas. Por isso a necessidade de se debruçar sobre a organização da forma urbana dos assentamentos informais como uma entidade que pode ser destrinchada. Nesse sentido, o campo da morfologia urbana apresenta um aparato que permite a análise dos elementos e das relações da forma urbana. A compreensão desses aspectos é capaz de revelar a configuração dos assentamentos informais. A partir de representações outras, a validação desses territórios, reconhecendo sua lógica e organização, é um passo importante em direção a intervenções e propostas de transformação que se conectam à dinâmica do lugar.

O painel aqui desenvolvido é uma metodologia, uma vez que propõe a articulação de três dimensões de análise, e uma ferramenta, já que constrói esquemas visuais. Ele funciona como um instrumento cognoscitivo que contribui para a identificação dos aspectos da forma urbana dos assentamentos informais e os processos que os articulam, propondo uma visão integrada. O exercício de representação proposto é especialmente útil quando se trata de territórios, como os assentamentos informais, com uma organização tão enraizada nas práticas cotidianas e tão dinâmica, distantes de orientações técnicas preconcebidas.

Ainda que o trabalho tenha se limitado a demonstrar um exemplo de aplicação, o painel possibilita uma porção de análises capazes de comparar temporalidades distintas do mesmo assentamento, ou mesmo territórios distintos a partir da mesma estrutura de análise. Além disso, ele aceita diferentes métodos e abordagens de levantamento de dados. O que se propõe é uma maneira de



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

sistematizar e organizar as informações em prol de uma visão holística que interconecta entidades. Admitir uma estrutura lógica própria no espaço urbano dos assentamentos é admitir que se pode planejar e intervir além da erradicação ou mera anuência do problema.

Referências

- ALEXANDER, C. Uma cidade não é uma árvore. Tradução Mauro Almada. *Architectural Forum*, v. 122, n. 1-2, 1965. Disponível em: http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1123&sid=21&tpl=printerview. Acesso em: 19 fev. 2010.
- ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. Tradução Nádia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BERGHAUSER PONT, M.; HAUPT, P. *Spacematrix: space, density and urban form*. Rotterdam: NAI Publishers, 2010.
- CARDOSO, A. C. D. *O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém*. Belém: Editora da Ufpa, 2007.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; PONTE, J. P. X.; VENTURA NETO, R. S.; RODRIGUES, R. M. Morfologia urbana das cidades amazônicas: a experiência do Grupo de Pesquisa Cidades na Amazônia da Universidade Federal do Pará. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 12, e20190275, p. 1-18, 2020.
- CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.
- COSTA, J. *La esquemática: visualizar la información*. Barcelona: Paidós, 1998.
- COSTA, S. A. P.; NETTO, M. M. G. *Fundamentos da morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2017.
- DOVEY, K. Informal settlement and complex adaptive assemblage. *International Development Planning Review*, v. 3, n. 34, p. 371-390, 2012.
- GUIMARÃES, C. J. T. *Ordem em processo: investigando a forma urbana dos assentamentos informais*. 2024. 127 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024.
- HABRAKEN, N. J. *The structure of the ordinary: form and control in the built environment*. Cambridge: The MIT Press, 1998.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

HILLIER, B. *Space is the machine: a configurational theory of architecture*, [S. l.: s. n.], 2007.

HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. New York: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, F. *10 mandamentos da arquitetura*. Brasília: FRBH, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Favelas e comunidades urbanas: resultados do universo / IBGE – Nota metodológica sobre critérios de identificação e mapeamento das favelas e comunidades urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

JONES, P. The shaping of form and structure in informal settlements: a case study of order and rules in Lebak Siliwangi, Bandung, Indonesia. *Journal of Regional and City Planning*, v. 30, n. 1, p. 43-61, Apr. 2019.

KROPF, K. Aspects of urban form. *Urban Morphology*, v. 13, n. 2, p. 105-120, 2009. DOI: <https://doi.org/10.51347/jum.v13i2.3949>

LEITÃO, G. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. In: SILVA, J. S. *et al.* (org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório das Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 36-45.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOTTA, E. Casa e economia cotidiana. In: RODRIGUES, R. I. (org.). *Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 197-214.

MOUDON, A. V. Urban morphology as an emerging interdisciplinary field. *Urban Morphology*, v. 1, n. 1, p. 3-10, 1997. DOI: <https://doi.org/10.51347/jum.v1i1.4047>

NISIDA, V. C. *Desafios da regulação urbanística no território das favelas*. 2017. 254 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Y. M. C. *et al.* Paisagem das favelas do bairro Sapiranga/Coité, Fortaleza-CE: vida cotidiana para além da casa. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 20, n. 3, p. 31-48, dez. 2018.

ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1997.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, C. N. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1988.

SHAFIQUE, T. I. *Desiring Karail: morphogenesis of an informal settlement in Dhaka*. 2021. 247 p. Thesis (PhD in Architecture, Building and Planning) – University of Melbourne, Melbourne, 2021.

SMOLKA, M. O.; MULLAHY, L. *Perspectivas urbanas: temas críticos em políticas de suelo en América Latina*. Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.

SPOLAOR, S.; OLIVEIRA, V. Morfologia urbana e informalidade: a busca da identidade local. *Projectare*, Pelotas, n. 12, p. 7-20, dez. 2021.

TANAKA, G. M. M. *“Planejar para lutar e lutar para planejar”: possibilidades e limites do planejamento alternativo*. 2017. 287 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

UN-HABITAT. *SDG indicator metadata 11.7.1*. 2021. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/08/sdg_indicator_metadata-11.7.1.pdf

VALLADARES, L. do P. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

VELLOSO, R. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. *Redobra*, ano 6, n. 15, p. 153-176, 2020.



Este artigo está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional

CADERNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

v. 26 n. 1 JAN./JUN. 2026 • ISSN 1809-4120

<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau>

DOI 10.5935/cadernospos.v26n1p156-174